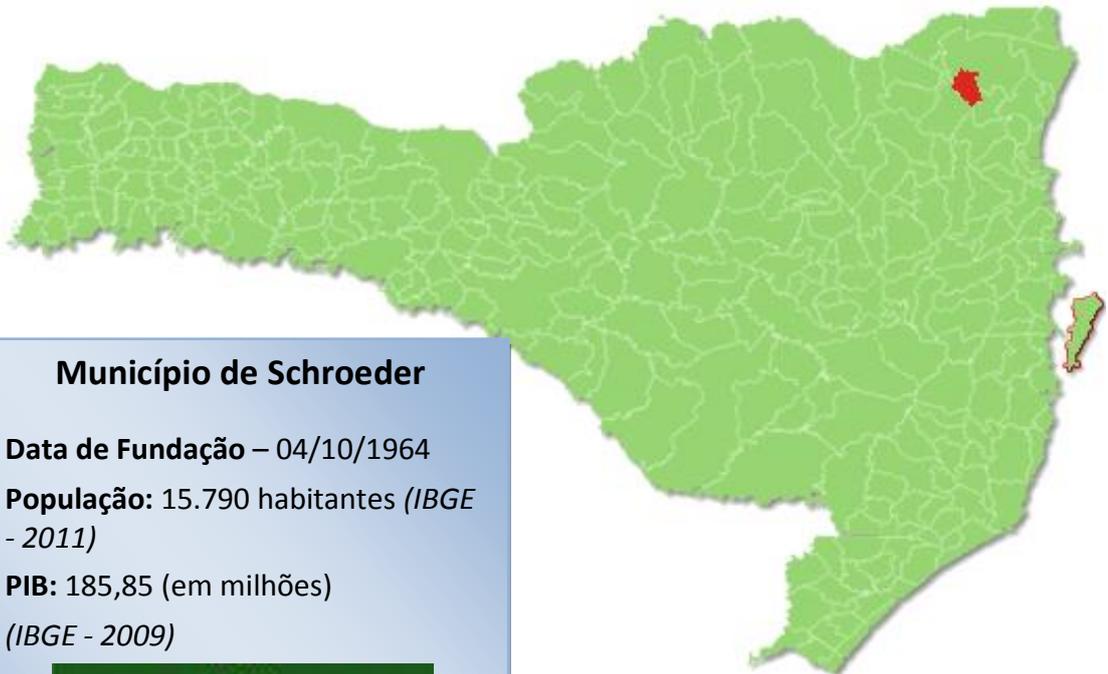




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Schroeder

Data de Fundação – 04/10/1964

População: 15.790 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 185,85 (em milhões)
(IBGE - 2009)





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	17
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	20
5.1. Saúde.....	20
5.2. Ensino	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	21
5.2.2. FUNDEB.....	23
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	26
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	26
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	27
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	29
6. DO CONTROLE INTERNO.....	30
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	31
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	33
9. RESTRIÇÕES APURADAS	36
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011	37
CONCLUSÃO	37
ANEXO	39
APÊNDICE.....	40

PROCESSO	PCP 12/00100384
UNIDADE	Município de Schroeder
RESPONSÁVEL	Sr. Felipe Voigt - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO N°	2737/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Schroeder, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Schroeder, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 12/09/2012.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de

forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

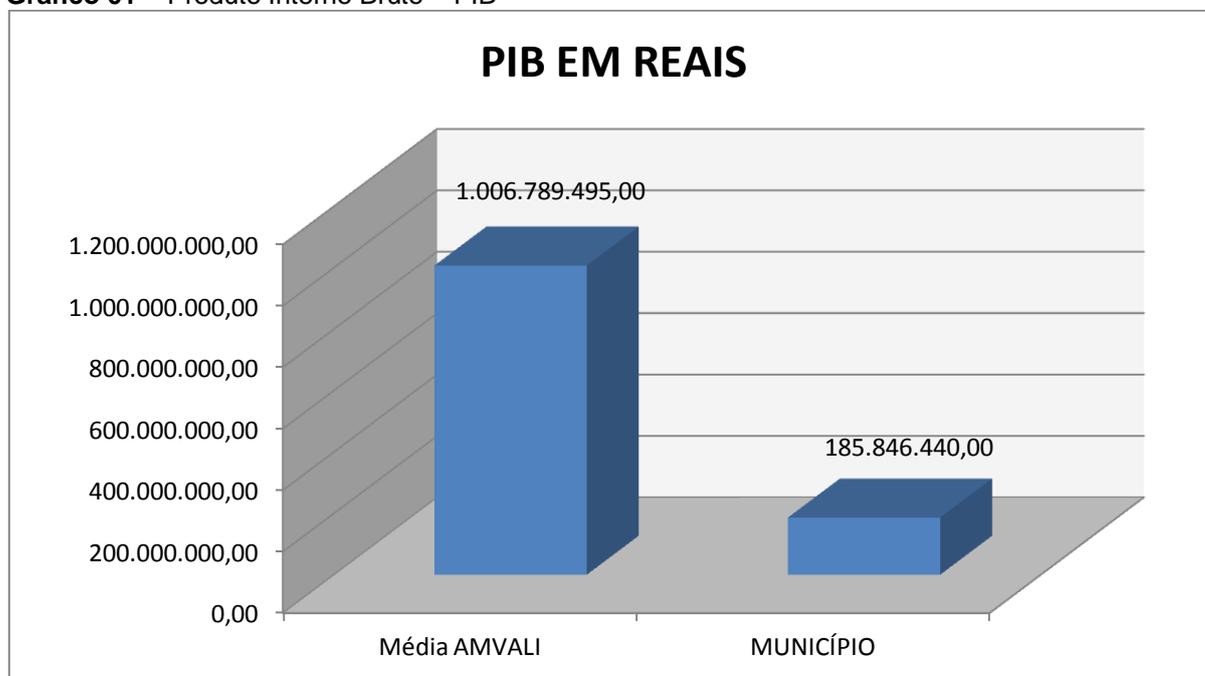
A história do município de Schroeder começou com o casamento de Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (de Bragança e Orleans) (1824-1898) e o Príncipe François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans (1818-1900) que após o matrimônio passou a residir fora do império. Receberam como dotes várias terras e apólices da dívida do império. Ao príncipe coube o dote de 1000 contos de réis em apólices, e em compensação, obteve ainda, em favor do patrimônio total, terras a serem por eles escolhidas num ou mais lugares, nas melhores localizações da então província de Santa Catarina, num total de 5 mil léguas em quadro ou 25 léguas quadradas, de 3000 braças, segundo a lei de 25 de janeiro de 1909, atualmente equivalente a uma superfície de 46.582 hectares. E foi destas terras, após escolhê-las, medí-las e demarcá-las através de seu procurador, senhor Francisco Leôncio Aubé, que o príncipe cederia mais tarde, mediante ajustes, uma área inicial de 8 léguas, em alienação perpétua, ao senhor Christian Mathias Schroeder (de Hamburgo), de origem pomerana, para que colonizassem segundo as condições do contrato, tendo prometido a cessão de mais 12 léguas. Assim, em 1901, colonos vindos de colonizações vizinhas, adquiriram terras nas imediações da comunidade de Schroeder I, sendo estas povoadas com pessoas de descendência germânica, da religião Evangélica Luterana, oriunda da reforma de Lutero. Esses colonos instalaram-se mata adentro, seguindo as margens do rio Itapocuzinho e depois as margens do rio Braço do Sul, pois o mesmo fica a oeste do município. Também em 1901, o senador Wilhen Köplin, adquiriu terras nesta comunidade (Braço do Sul) que doou às suas quatro filhas, sendo uma delas a senhora Helena Köplin (Gneipel), última a falecer, mãe do senhor Oscar Guilherme Gneipel. Essas propriedades pertenciam na maioria à família Gneipel. Também no início da colonização do município, na localidade de rio Hern, havia uma serraria e a tafona (moinho de milho) pertencentes ao senhor Jabob Pflieger, que atendia a população do povoado. Em 1913, novos colonizadores foram adquirindo terras, ampliando as áreas de cultivo, abrindo estradas, construindo casas, etc. Em 1919, vieram os colonizadores italianos, sendo ainda alguns nascidos na Itália, que residiam no município de Luiz Alves, tais como a família Tomaselli, Cândido, Antônio, João Maria. Seus descendentes nascidos no Brasil: Jerônimo, Aníbal e Santos

¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

abriram caminho para que fosse possível o cultivo dessas terras. Já com o Sr. Jerônimo Tomaselli, foi colocada em funcionamento mais uma serraria no povoado, movida a força d'água. As atividades foram se diversificando e logo surgiu uma olaria nas proximidades de rio Hern. O senhor Gotlieb fazia o comércio a varejo, e assim a compra de produtos agropecuários também se difundiu. Dessa forma, como o loiro imigrante alemão trouxe de sua pátria de origem a cultura, a civilização, os costumes e tradições que transmitiu aos seus filhos e netos, também o italiano trouxe de sua pátria o jogo de bocha, a polenta e a coragem de desbravador. O hábito da língua se manteve por muitos anos por parte dos colonizadores alemães. Depoimentos colhidos mostram que na época da Segunda Guerra Mundial havia espões que espionavam as casas durante a noite, no horário em que as famílias se reuniam, investigando se haviam pessoas falando a língua alemã, pois na época os que assim procediam estariam conspirando contra os compatriotas e a favor do REICH. Também não se podia ouvir o rádio onde as emissoras transmitissem a língua alemã.

O Município de Schroeder tem uma população estimada em 15.790² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,84³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 185.846.440,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 13.274,75, considerando uma população estimada em 2009 de 14.000 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

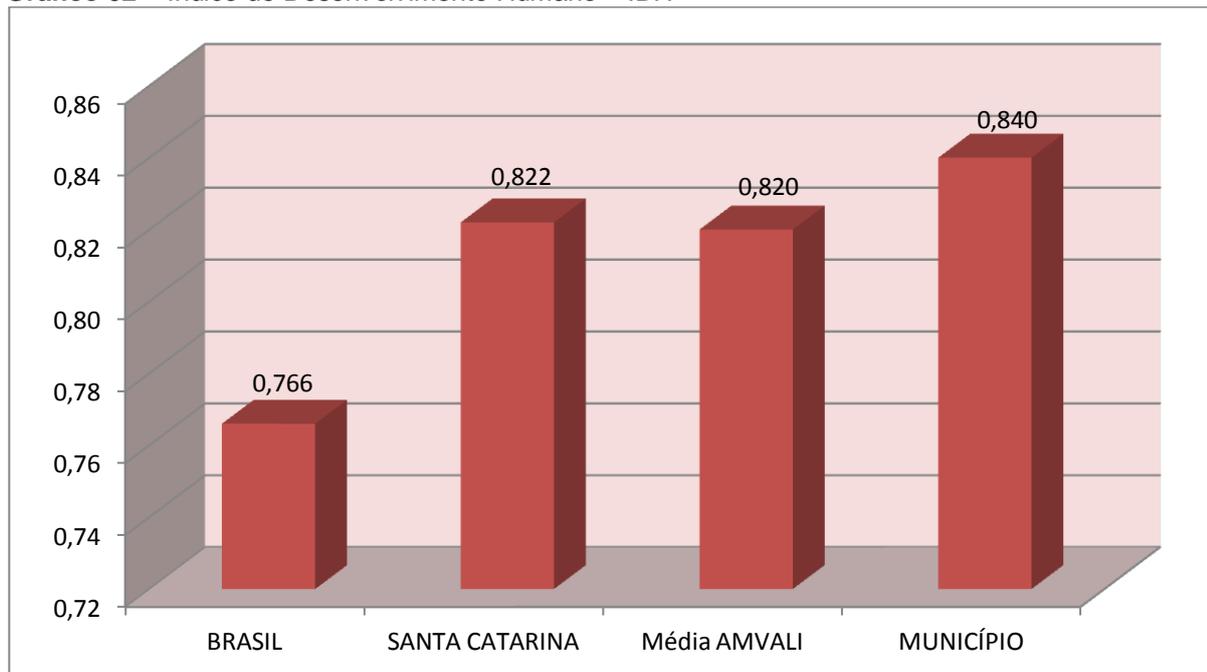
² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Schroeder encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	31.207.700,00
PPA	1742/2009	10/06/2009	DESPESA FIXADA	31.207.700,00
LDO	1793/10	24/03/2010		
LOA	1819/10	24/03/2010		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.012.631,89**, correspondendo a **3,63%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 1.012.631,89, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 786.312,05 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 226.319,84.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	31.207.700,00	27.872.582,42	89,31
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	34.039.745,23	26.859.950,53	78,91
Superávit de Execução Orçamentária		1.012.631,89	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Schroeder nos últimos 5 anos:

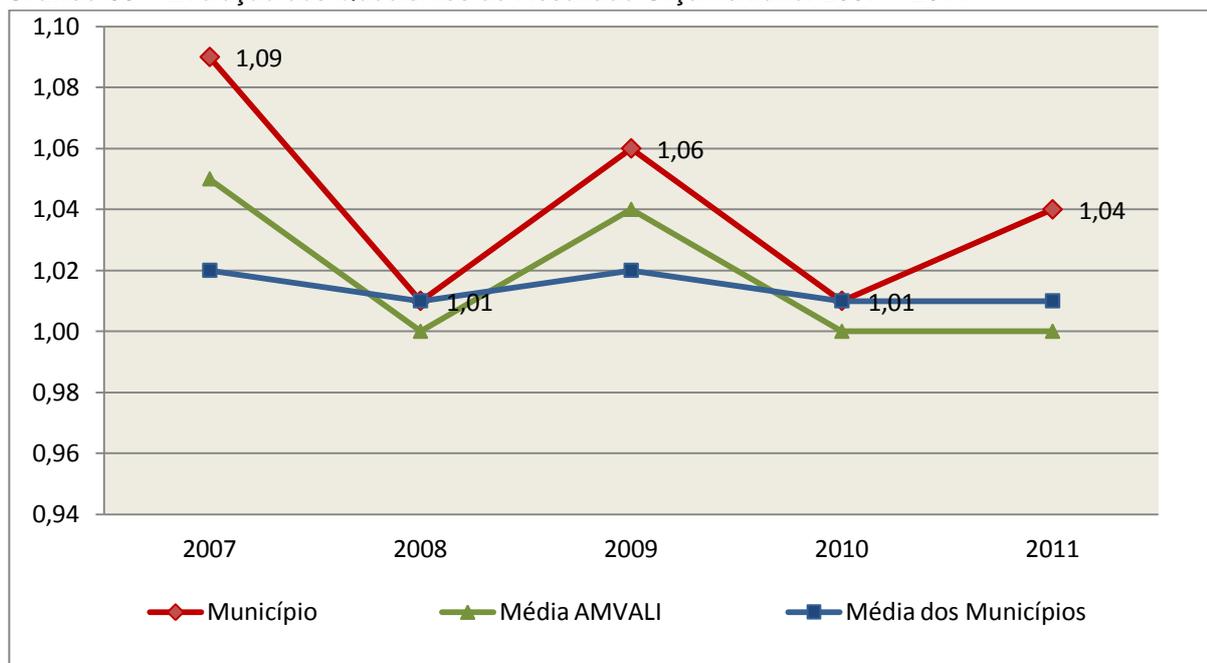
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2007-2011

ITENS / ANO		2007	2008	2009	2010	2011
1	Receita realizada	13.886.692,37	18.694.696,17	19.405.390,29	25.789.398,61	27.872.582,42
2	Despesa executada	12.794.399,60	18.437.373,80	18.391.335,81	25.660.236,45	26.859.950,53
QUOCIENTE		2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,09	1,01	1,06	1,01	1,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 27.872.582,42**, equivalendo a **89,31%** da receita orçada.

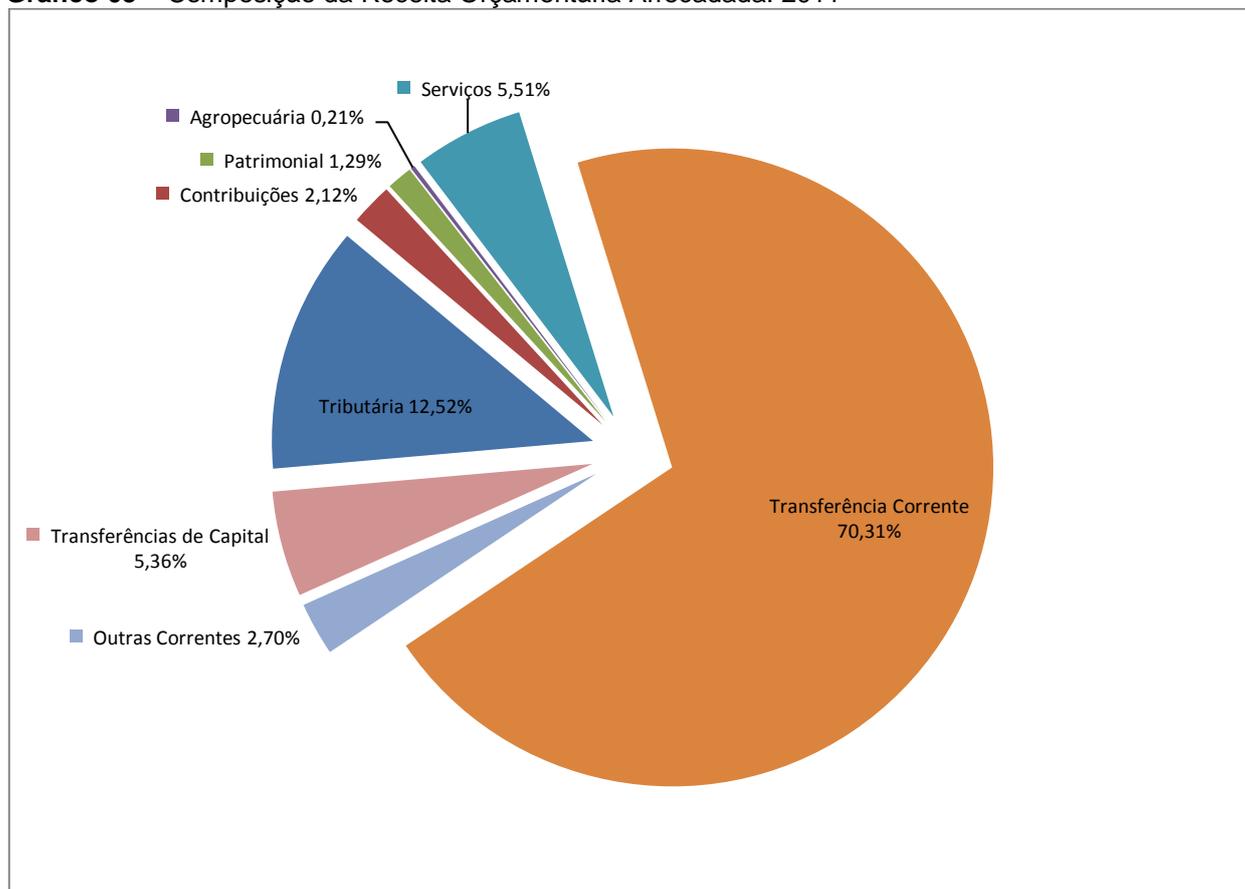
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	3.690.500,00	3.488.397,32	94,52
Receita de Contribuições	571.000,00	590.750,53	103,46
Receita Patrimonial	187.500,00	359.213,70	191,58
Receita Agropecuária	70.000,00	57.549,11	82,21
Receita de Serviços	1.730.000,00	1.534.603,43	88,71
Transferências Correntes	18.261.200,00	19.596.190,25	107,31
Outras Receitas Correntes	551.500,00	751.575,00	136,28
RECEITA CORRENTE	25.061.700,00	26.378.279,34	105,25
Alienação de Bens	20.000,00	-	-
Transferências de Capital	6.126.000,00	1.494.303,08	24,39
RECEITA DE CAPITAL	6.146.000,00	1.494.303,08	24,31
TOTAL DA RECEITA	31.207.700,00	27.872.582,42	89,31

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

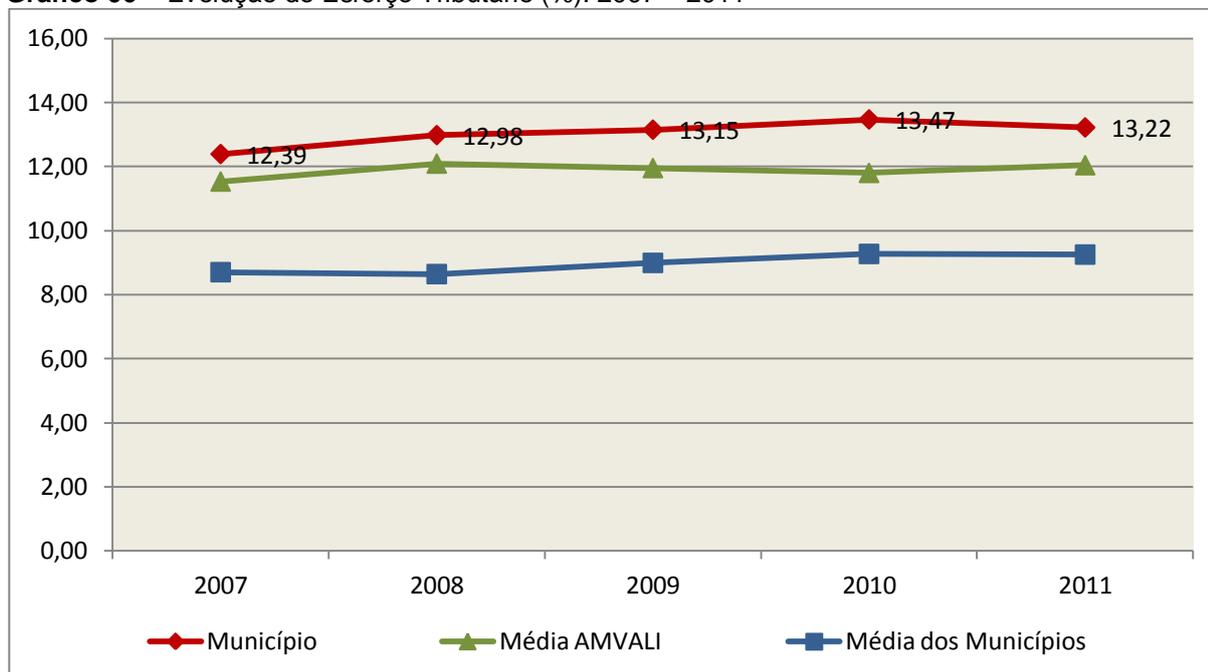


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **70,31%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

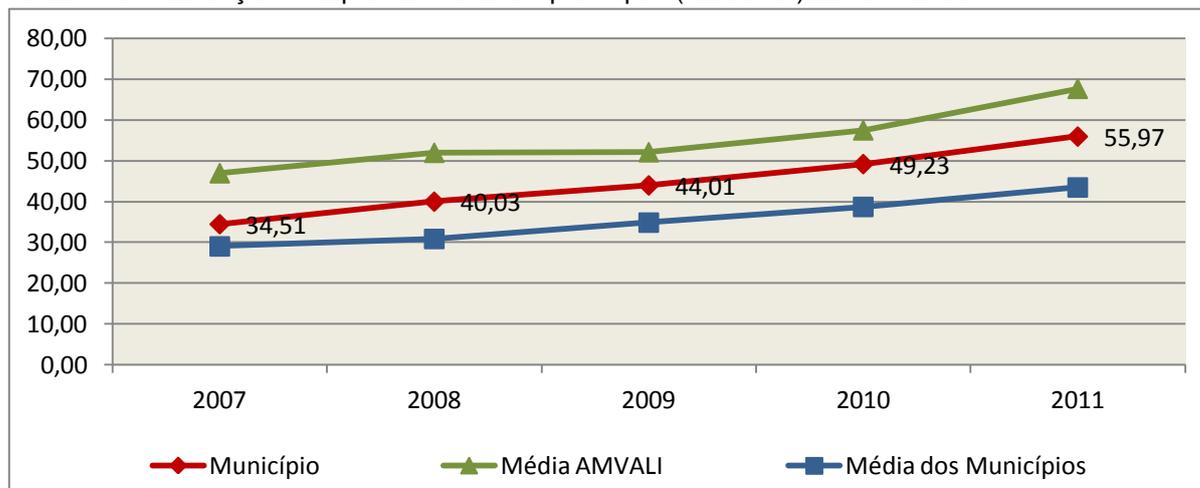


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

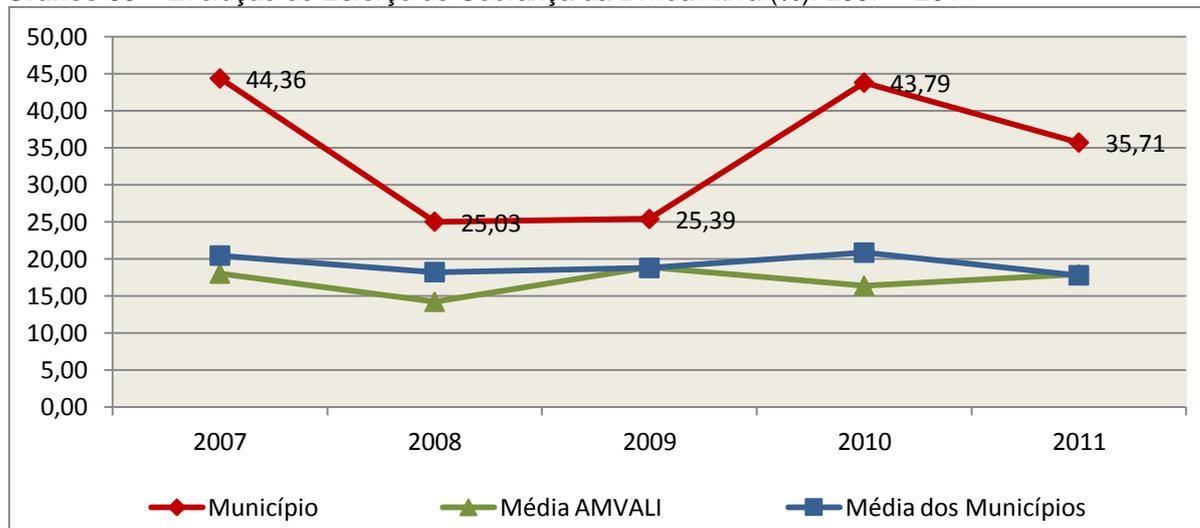
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
1.776.753,83	985.942,10	192.058,98	0,00	634.476,14	8.176,61	2.312.102,16

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

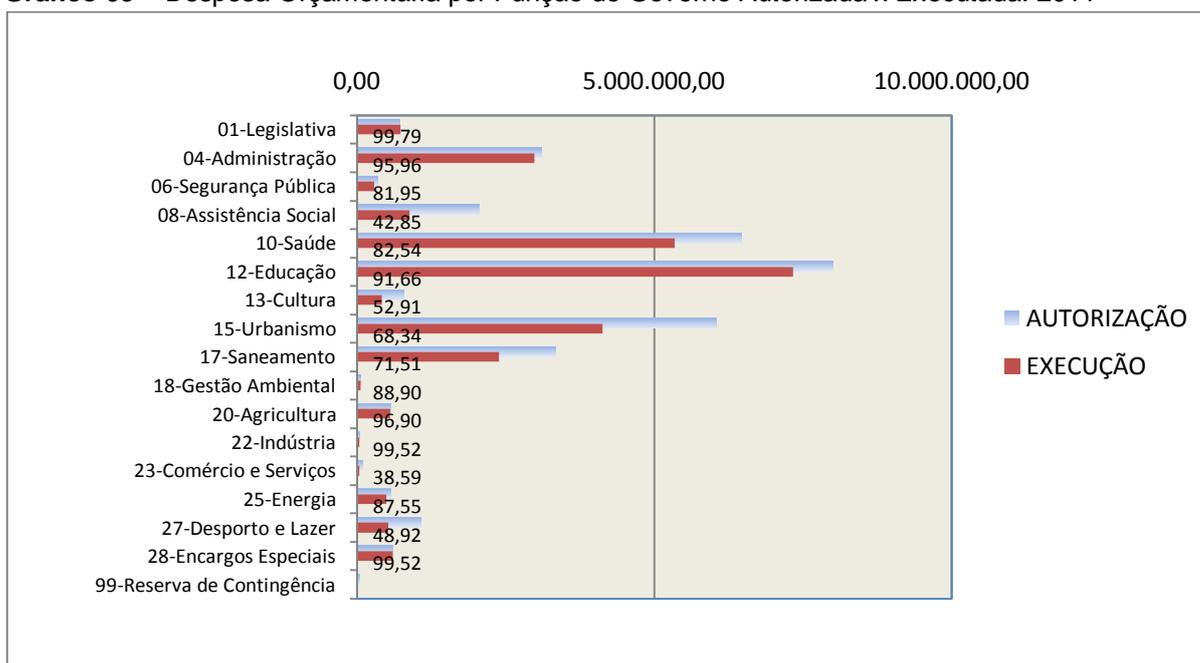
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	732.000,00	730.457,34	99,79
04-Administração	3.113.100,00	2.987.202,30	95,96
06-Segurança Pública	350.750,00	287.426,95	81,95
08-Assistência Social	2.068.500,00	886.422,41	42,85
10-Saúde	6.477.825,00	5.347.054,77	82,54
12-Educação	8.007.322,71	7.339.734,99	91,66
13-Cultura	800.200,00	423.410,17	52,91
15-Urbanismo	6.045.108,36	4.131.414,48	68,34
17-Saneamento	3.337.000,00	2.386.182,09	71,51
18-Gestão Ambiental	69.439,16	61.728,67	88,90
20-Agricultura	575.000,00	557.181,95	96,90
22-Indústria	42.000,00	41.800,00	99,52
23-Comércio e Serviços	105.500,00	40.707,22	38,59
25-Energia	571.000,00	499.893,02	87,55
27-Desporto e Lazer	1.082.000,00	529.305,42	48,92
28-Encargos Especiais	613.000,00	610.028,75	99,52
99-Reserva de Contingência	50.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	34.039.745,23	26.859.950,53	78,91

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	348.267,43	462.049,04	595.857,22	624.854,84	730.457,34
03-Essencial à Justiça	-	-	-	345.516,33	-
04-Administração	1.699.085,76	2.171.366,84	2.295.820,79	2.144.894,31	2.987.202,30
06-Segurança Pública	119.144,85	127.240,29	153.981,06	252.488,54	287.426,95
08-Assistência Social	393.196,15	508.329,62	570.695,03	796.196,21	886.422,41
10-Saúde	2.536.807,56	3.245.408,53	3.609.926,91	4.568.369,34	5.347.054,77
12-Educação	3.200.266,57	3.843.536,78	4.427.567,59	5.492.930,94	7.339.734,99
13-Cultura	149.508,76	174.488,25	256.496,53	376.348,81	423.410,17
15-Urbanismo	2.030.745,17	4.356.700,30	2.844.833,79	6.503.322,97	4.131.414,48
17-Saneamento	858.247,13	1.202.303,84	1.715.824,91	2.292.433,41	2.386.182,09
18-Gestão Ambiental	44.072,09	46.213,46	47.658,75	58.527,15	61.728,67
20-Agricultura	388.398,00	1.046.320,95	434.372,76	516.698,36	557.181,95
22-Indústria	1.630,00	5.117,00	6.000,00	7.139,00	41.800,00
23-Comércio e Serviços	28.641,67	83.538,37	54.340,28	32.982,27	40.707,22
25-Energia	443.963,46	389.187,06	419.277,85	433.569,01	499.893,02
27-Desporto e Lazer	415.036,11	555.017,79	291.863,23	396.151,59	529.305,42
28-Encargos Especiais	137.388,89	220.555,68	666.819,11	817.813,37	610.028,75

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	12.794.399,60	18.437.373,80	18.391.335,81	25.660.236,45	26.859.950,53

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	883.731,95	4,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	842.571,37	4,51
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	300.973,18	1,61
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	339.421,84	1,82
Cota do ICMS	6.817.145,84	36,46
Cota-Parte do IPVA	978.182,57	5,23
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	132.616,92	0,71
Cota-Parte do FPM	8.143.843,78	43,56
Cota do ITR	9.652,03	0,05
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	37.182,24	0,20
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	116.034,59	0,62
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	95.544,48	0,51
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	18.696.900,79	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	29.531.271,89
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	3.152.992,55
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	26.378.279,34

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Schroeder (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	2.796.764,88	3.809.396,77			
Disponível	2.796.764,88	3.809.396,77			
Bancos Conta Movimento	1.248.953,07	2.385.559,12			
Bancos Conta Vinculada	1.547.811,81	1.423.837,65			
Permanente	19.253.042,26	22.310.291,58	Permanente	1.014.238,54	657.971,95
Créditos	-	1.738,59	Dívida Fundada	929.267,90	645.833,39
Devedores - Entidades e Agentes	-	1.738,59	Débitos Consolidados	84.970,64	12.138,56
Dívida Ativa	1.776.753,83	2.312.102,16	Dívidas Renegociadas	72.832,08	12.138,56
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	490.929,27	706.909,62	Obrigações a Pagar	12.138,56	-
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	1.285.824,56	1.605.192,54			
Imobilizado	17.476.288,43	19.996.450,83			
Bens Móveis e Imóveis	17.476.288,43	19.996.450,83			
Bens Imóveis	10.886.215,52	13.143.748,79			
Bens Móveis	6.590.072,91	6.852.702,04			
ATIVO REAL	22.049.807,14	26.119.688,35	PASSIVO REAL	1.014.238,54	657.971,95



ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	21.035.568,60	25.461.716,40
			Ativo Real Líquido	21.035.568,60	25.461.716,40
TOTAL	22.049.807,14	26.119.688,35	TOTAL	22.049.807,14	26.119.688,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 3.809.396,77** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,00** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 1.012.631,89** passando de um Superávit de **R\$ 2.796.764,88** para um Superávit de **R\$ 3.809.396,77**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 3.095.707,33**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	2.796.764,88	3.809.396,77	1.012.631,89
Passivo Financeiro	0,00	0,00	0,00
Saldo Patrimonial Financeiro	2.796.764,88	3.809.396,77	1.012.631,89

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

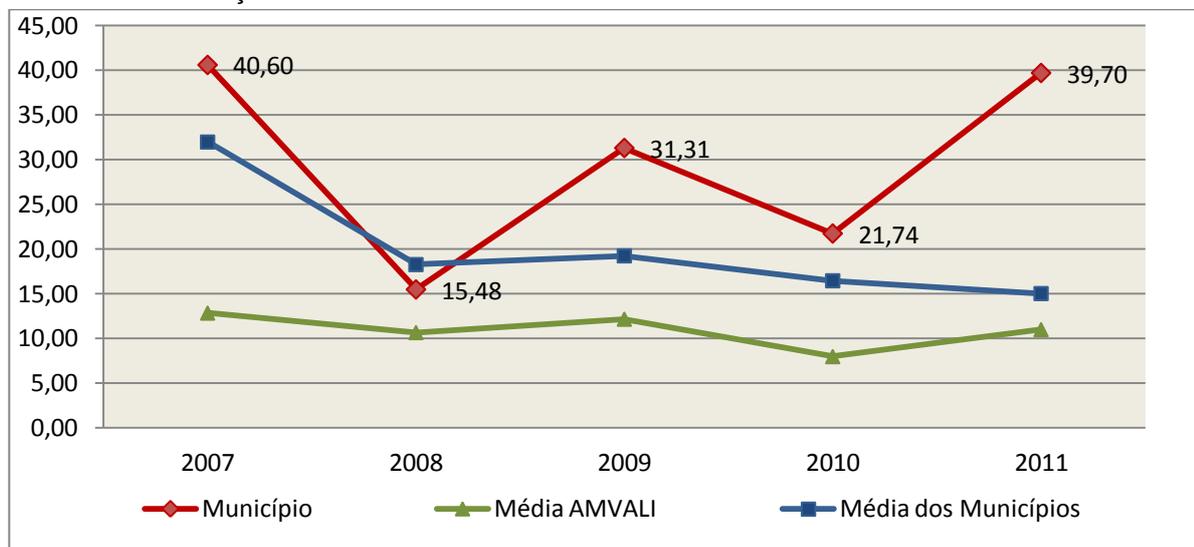
Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	12.794.399,60	18.437.373,80	18.391.335,81	25.660.236,45	26.859.950,53
2 Restos a Pagar			0,00	0,00	0,00
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.396.225,87	1.653.548,24	2.667.602,72	2.796.764,88	3.809.396,77
4 Passivo Financeiro Ajustado		0,00	0,00	0,00	0,00
5 Ativo Real	12.321.623,26	16.338.814,91	18.649.196,77	22.049.807,14	26.119.688,35
6 Passivo Real	303.466,88	1.055.597,92	595.680,12	1.014.238,54	657.971,95
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	40,60	15,48	31,31	21,74	39,70
Situação Financeira (3÷4)		0,00	0,00		
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

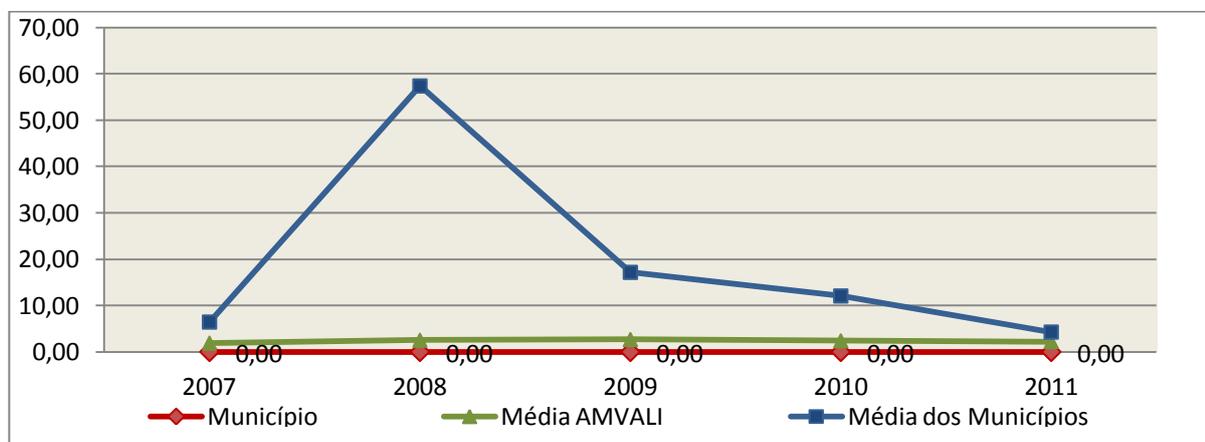
Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se **39,70** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

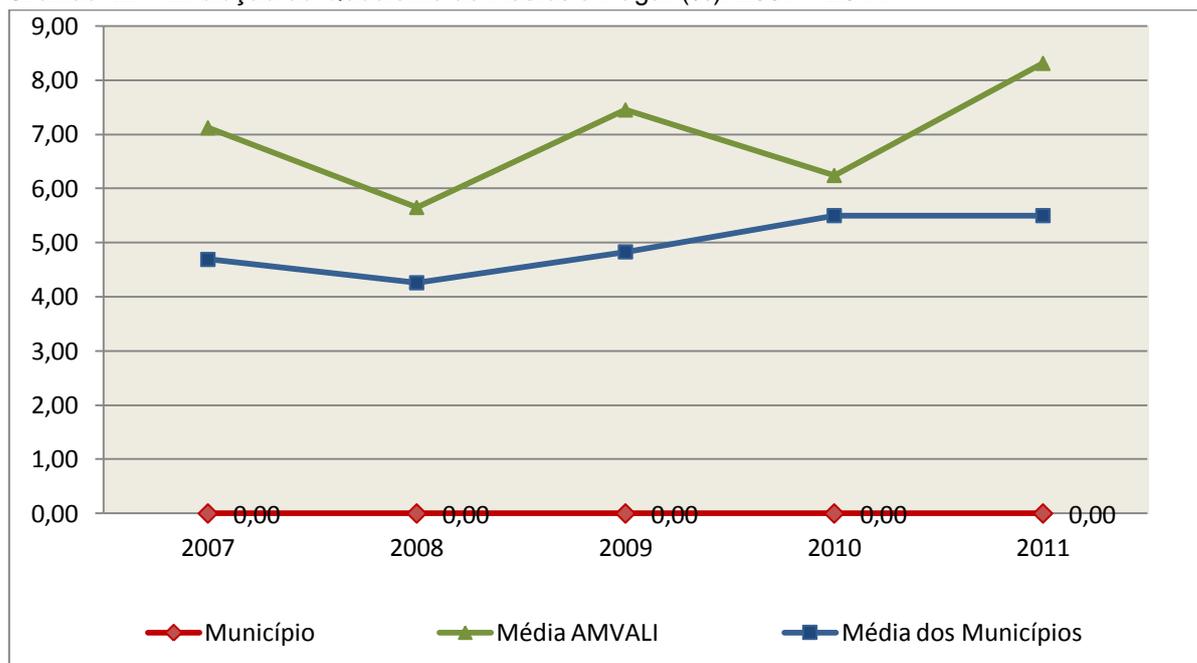
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se superavitária, sendo que no final do exercício de 2011 o mesmo não apresentava saldo em seu Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Schroeder é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,00%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.437.304,09** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **18,38%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 632.768,97**, representando **3,38%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	18.696.900,79	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.347.054,77	28,60
Atenção Básica (10.301)	4.861.806,63	26,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	206.233,48	1,10
Suporte Profilático e Terapêutico (10.303)	208.799,54	1,12
Vigilância Sanitária (10.304)	70.215,12	0,38
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.909.750,68	10,21
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	3.437.304,09	18,38

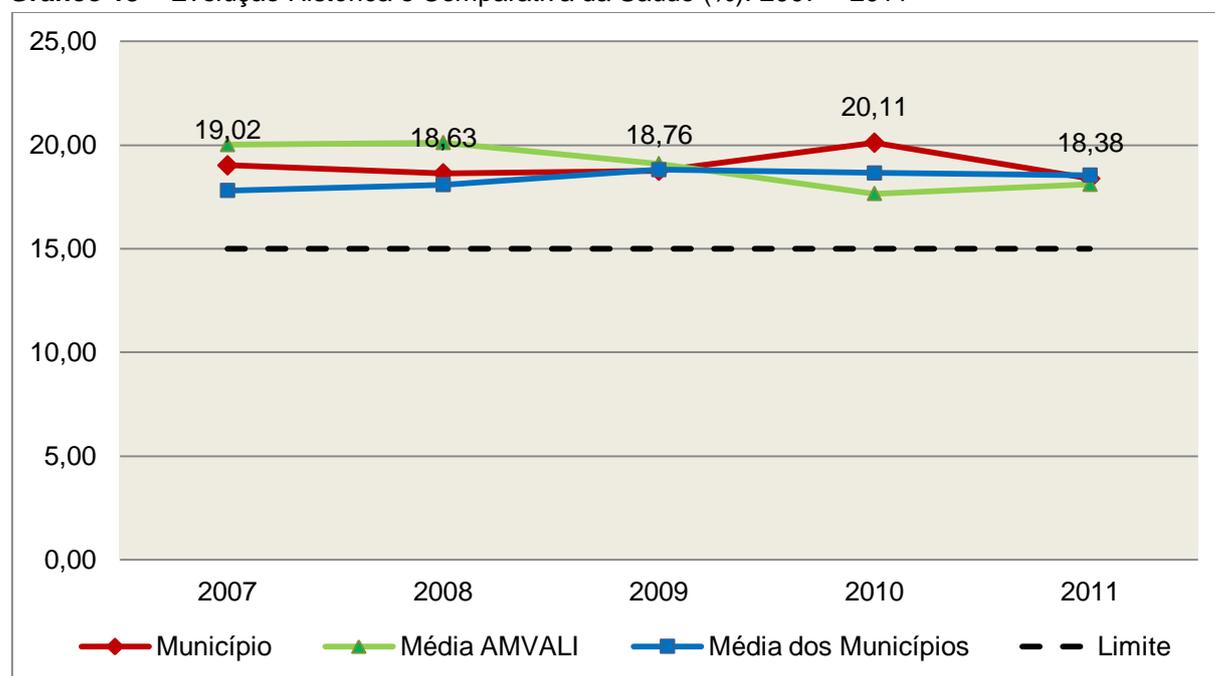
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.804.535,12	15,00
Valor Acima do Limite	632.768,97	3,38

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Schroeder em 2011 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.761.631,67** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **25,47%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 87.406,47**, representando **0,47%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

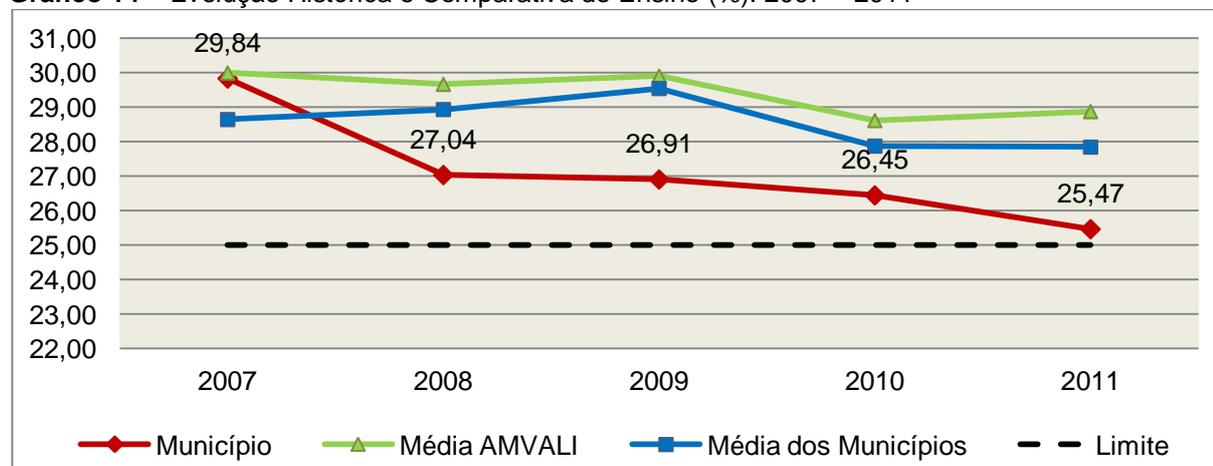
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	18.696.900,79	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	2.682.749,06	14,35
Educação Infantil (12.365)	2.682.749,06	14,35
Valor Aplicado Ensino Fundamental	4.032.997,57	21,57
Ensino Fundamental (12.361/12.366)	4.032.997,57	21,57
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.187.067,67	6,35
(-) Ganho com FUNDEB	735.562,37	3,93
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	31.484,92	0,17
Total das Despesas para efeito de Cálculo	4.761.631,67	25,47
Valor Mínimo a ser Aplicado	4.674.225,20	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	87.406,47	0,47

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Schroeder em 2011 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 3.408.831,85**, equivalendo a **86,96%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

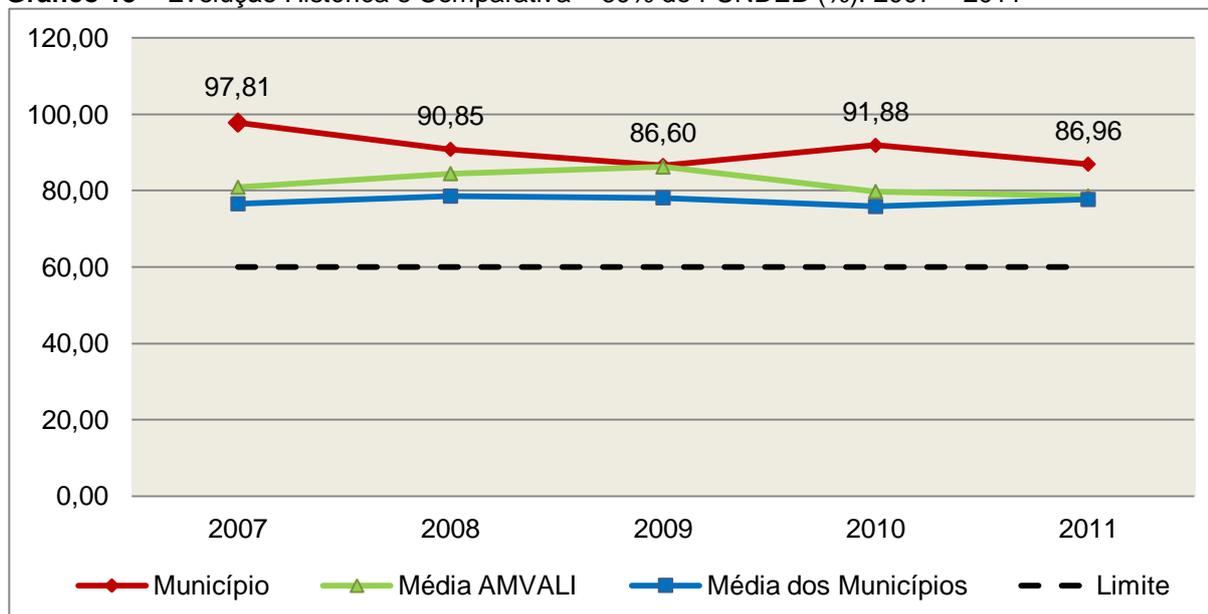
A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	3.888.554,92
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	31.484,92
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	3.920.039,84
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.352.023,90
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	3.408.831,85
Valor Acima do Limite	1.056.807,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 3.851.547,77**, equivalendo a **98,25%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

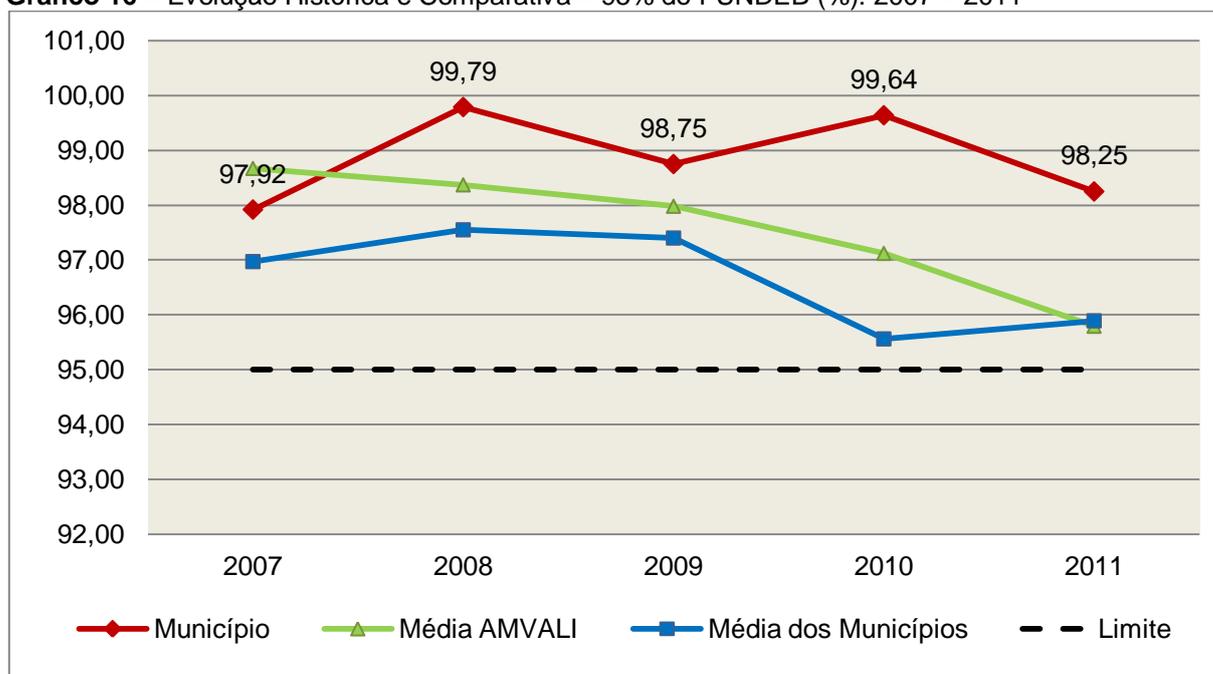
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	3.920.039,84
95% dos Recursos do FUNDEB	3.724.037,85
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	3.851.547,77
Valor Acima do Limite	127.509,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Schroeder reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 10.996,01, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	68.492,07
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	68.492,07

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	26.378.279,34	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.826.967,60	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	12.292.823,72	46,60
Pessoal e Encargos	12.292.823,72	46,60
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	577.984,65	2,19
Pessoal e Encargos	577.984,65	2,19
Total das deduções das despesas com pessoal*	252.536,89	0,96
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	12.618.271,48	47,84
Valor Abaixo do Limite (60%)	3.208.696,12	12,16

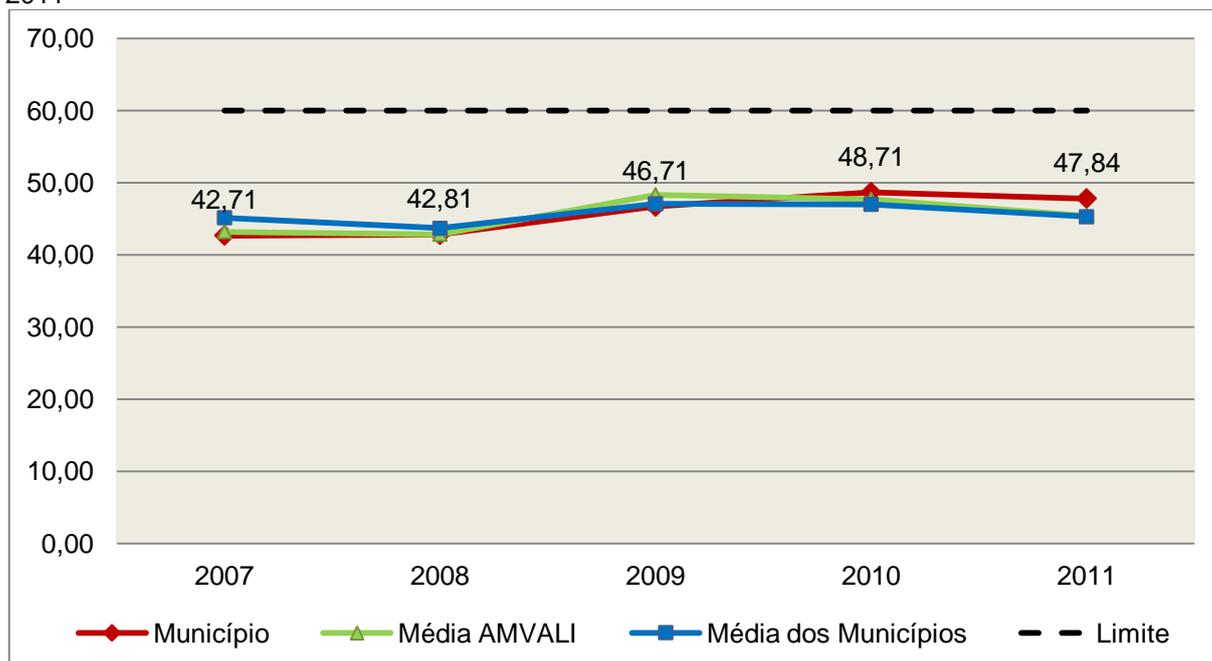
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **47,84%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Schroeder, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

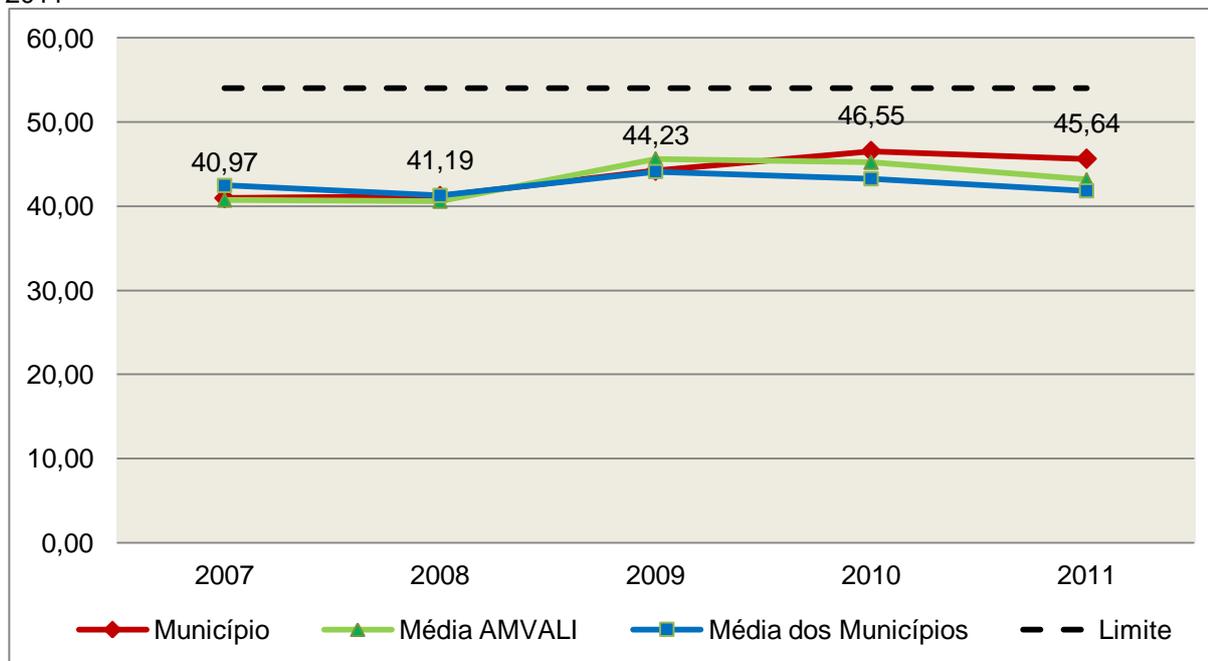
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	26.378.279,34	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.244.270,84	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	12.292.823,72	46,60
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	252.536,89	0,96
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	12.040.286,83	45,64
Valor Abaixo do Limite (54%)	2.203.984,01	8,36

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **45,64%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	26.378.279,34	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.582.696,76	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	577.984,65	2,19
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	577.984,65	2,19
Valor Abaixo do Limite (6%)	1.004.712,11	3,81

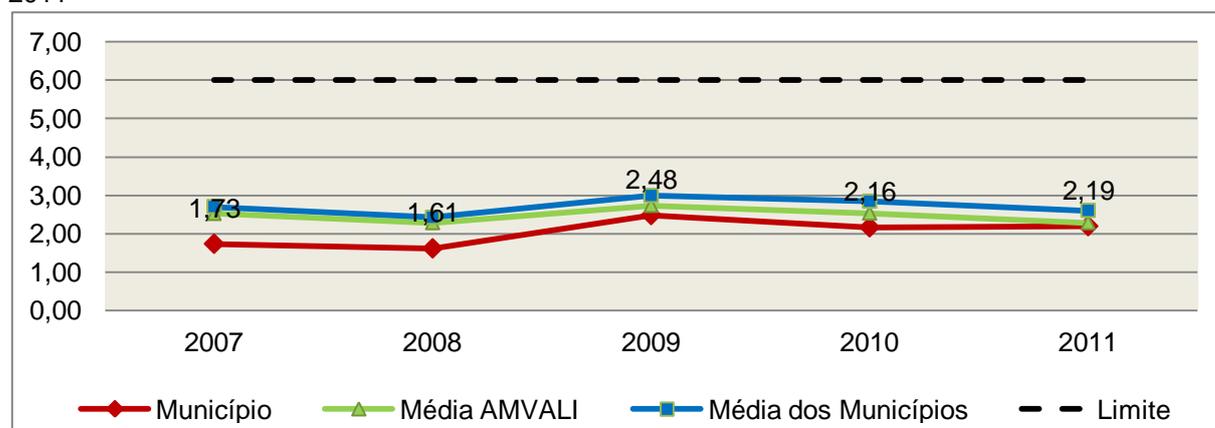
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,19%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Schroeder, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	24/2003, de 22/12/2003					
RESPONSÁVEL	Marcio Adriano Sabino	ATO DE NOMEAÇÃO		2.899/2009, de 05/02/2009		
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	03/05/2011	09/06/2011	01/08/2011	30/09/2011	22/12/2011	13/03/2012
	Diferença em Dias					
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	
33	9	0	0	22	42	

Obs.: O atraso no envio dos Relatórios do Controle Interno consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno apresentam informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro do ente, o cumprimento dos limites legais e constitucionais como saúde, educação e pessoal.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da



Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Schroeder, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 88.901,34) representa 0,45% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 19.896.016,01).

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 390 a 410 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 392;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) O pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar representa 48,74% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, onde deste 48,74% se refere a remuneração total dos Conselheiros Tutelares, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa

para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e



c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Schroeder**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Schroeder** possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

9. RESTRIÇÃO APURADA

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

⁵ População de 13.559 habitantes (IBGE – 2008).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As Demonstrações Contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 1.012.631,89
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 3.809.396,77
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	18,38%
4.2) Ensino	25,00%	25,47%
4.3) FUNDEB	60,00%	86,96%
	95,00%	98,25%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	47,84%
b) Poder Executivo	54,00%	45,64%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,19%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Schroeder**.



Diante da **Restrição de Ordem Legal** apurada no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade mencionada no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 12/09/2012.

JULIO CESAR DE MELO
Auditor Fiscal de Controle Externo

RICARDO JOSÉ DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em 12/09/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.909.623,27
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	127,41
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.909.750,68

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	563.588,08
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	4.669,76
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	618.809,83
Total das deduções das despesas com Educação Básica	1.187.067,67

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	252.536,89
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	252.536,89
Total das deduções das despesas com pessoal	252.536,89

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	3.888.554,92
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	31.484,92
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	68.492,07
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011	3.851.547,77

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2011	301	270.169,46	270.169,46	270.169,46
64 - Atenção Básica	2011	301	1.215.753,62	1.215.753,62	1.215.753,62
64 - Atenção Básica	2011	302	73.595,28	73.595,28	73.595,28
64 - Atenção Básica	2011	303	14.749,23	14.749,23	14.749,23
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2011	301	7.819,90	7.819,90	7.819,90
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2011	302	132.638,20	132.638,20	132.638,20
66 - Vigilância em Saúde	2011	304	51.653,54	51.653,54	51.653,54
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	303	143.244,04	143.244,04	143.244,04
TOTAL			1.909.623,27	1.909.623,27	1.909.623,27

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Schroeder	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2073	08/12/2011	PANIFICADORA E CONFEITARIA MW LTDA - ME	127,41	127,41	127,41	FORNECIMENTO DE 1,00 KG EMPADÃO COM RECHEIO DE FRANGO E PALMITO., 30 UN DE MINI FOLHADOS, 30 UN MINI CACHORRO-QUENTE COM 50 G CADA, 30 UN LUA DE MEL, 01 UN DE BOLOS DOCES DIVERSOS, 02 UN DE BOLO SECO MESCLADO COM CHOCOLATE, COM 550G, 01 UN DE BOLO AMANTEIGADO TIPO "ARREIA" COM 350 G, 01 LT DE CAFÉ PRONTO SEM AÇUCAR, SERVIDO EM GARRAFA TÉRMICA, 05 LT DE LEITE INTEGRAL LONGA VIDA FERVIDO, SERVIDO EM GARRAFA TÉRMICA PARA COFFEE BREAK DURANTE ENCERAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº2/2011, CONTRATO Nº12/2011.
TOTAL						127,41	127,41	127,41	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	365	515.957,67	515.957,67	515.957,67
58 - Salário Educação	2011	365	26.229,20	26.229,20	26.229,20
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2011	365	1.477,00	1.477,00	1.477,00
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	365	19.924,21	19.924,21	19.924,21
TOTAIS			563.588,08	563.588,08	563.588,08

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3158	09/06/2011	JULIANA HOLTZ	93,50	93,50	93,50	REF. BOLSA DE ESTUDOS PARA PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PEDAGOGIA.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3858	13/07/2011	JOSE MARTINI NETO	191,24	191,24	191,24	FORNECIMENTO DE 4,00 KG TOMATE, 3,00 KG CHUCHU, 5,00 KG MANGA, 4,00 KG TANGERINA POCAN, 03 UN COUVE FLOR , 6,00 KG MAÇA ARGENTINA, 3,00 KG CENOURA, 4,00 KG MAMÃO, 1,00 PC REPOLHO, 4,00 KG MAÇA TIPO FUJI, 05 UN BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, EMBALAGEM DE 1 LITRO DIVERSOS, 4,00 KG DE ABACATE, 04 UN DE ABACAXI, 16 UN DE BATATA, 3,00 KG DE BETERRABA, 4,00 PC DE BROCOLIS, 1,00 KG DE CEBOLA, 5,00 KG DE LARANJA PERA E 3,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3980	15/07/2011	JOSE MARTINI NETO	348,54	348,54	348,54	FORNECIMENTO DE 03 UN INFUSÃO DE ERVA DOCE PACOTE DE 100G, 03 UN DE INFUSÃO DE HORTELÃ PACOTE DE 100G, 03 UN DE INFUSÃO DE MELISSA PACOTE DE 100G, 10 UN CALDO DE PEIXE DE TILAPIA OU SIMILAR, 100% NATURAL, 8,00 KG DE CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, 3,00 KG DE FILÉ DE PEIXE TIPO CAÇÃO SEM ESPINHO PACOTE DE 1 KG, 03 CX DE OVO DE GALINHA EXTRA 12 UN, 8,00 KG DE PEITO DE FRANGO E 8,00 KG DE PALETA BOVINA DE 1ª QUALIDADE, SEM OSSO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3984	15/07/2011	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA	631,55	631,55	631,55	FORNECIMENTO DE 80 UN PÃO DE FARINHA INTEGRAL 50 GRAMAS, FORMATO PÃO FRANCÊS, 01 UN ACHOCOLATADO EM PÓ, PACOTE DE 01 KG, QUE NÃO CONTENHA AMIDO, 04 UN AÇÚCAR, OBTIDO DA CANA DE AÇÚCAR, TIPO REFINADO, ASPECTO , 01 UN AMIDO DE MILHO EMBALAGENS DE 1 KG, 04 UN ARROZ, PACOTE DE 05 KG, SUBGRUPO, PARBOIIZADO CLASSE LONGO, 03 UN



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
									ARROZ INTEGRAL LONGO FINO TIPO 1 PACOTE 1 KG, 04 UN BISCOITO DOCE TIPO MARIA, 04 UN DE BISCOITO SALGADO INTEGRAL PACOTE COM 400 GRAMAS, 03 UN DE CAFÉ EXTRA FORTE, EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO, 05 UN DE CALDO PARA TEMPERO DIVERSOS SABORES CX C/ 57 GRAMAS, 02 UN DE CEREAL DE ARROZ PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL A PARTIR
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4008	21/07/2011	JOSE MARTINI NETO	337,29	337,29	337,29	FORNECIMENTO DE 6,00 KG CHUCHU, 10,00 KG DE MANGA, 3,00 KG DE PEPINO, 2,00 KG PIMENTÃO, 08 UN DE COUVE FLOR , 4,00 KG MAÇA ARGENTINA, 4,00 KG CENOURA, 14,00 KG DE MAMÃO, 2,00 PC REPOLHO, 4,00 KG MAÇA TIPO FUJI KG, 22 UN DE BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, EMBALAGEM DE 1 LITRO DIVERSOS , 8,00 KG DE ABACATE, 08 UN DE ABACAXI, 02 UN DE AGRIÃO, 4,00 PC DE ALFACE, 01 UN DE ALHO PACOTE 150 GRAMAS, 10 UN DE BATATA, 4,00 KG DE BETERRABA, 8,00 PC DE BROCOLIS, 4,00 KG DE CEBOLA, 12,00 KG DE LARANJA PERA E 12,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5431	22/09/2011	JOSE MARTINI NETO	479,14	479,14	479,14	FORNECIMENTO DE 09 UN CALDO DE PEIXE DE TILAPIA OU SIMILAR, 100% NATURAL, 10,00 KG CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, 7,00 KG FILÉ DE PEIXE TIPO CAÇÃO SEM ESPINHO PACOTE DE 1 KG, 23,00 KG FRANGO CARÇAÇA LIMPA CONGELADA, COM MIUDOS, PÉS E PESCOÇO E 13,00 KG DE PALETA BOVINA DE 1ª QUALIDADE, SEM OSSO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3860	13/07/2011	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA	848,88	848,88	848,88	FORNECIMENTO DE 130 UN PÃO DE FARINHA INTEGRAL - 50 GRAMAS, FORMATO PÃO FRANCES, 02 UN ACHOCOLATADO EM PÓ, PACOTE DE 01 KG, QUE NÃO CONTENHA AMIDO, 04 UN AÇÚCAR, OBTIDO DA CANA DE AÇÚCAR, TIPO REFINADO,ASPECTO, 03 UN ARROZ, PACOTE DE 05 KG, SUBGRUPO, PARBOIIZADO CLASSE LONGO, 02 UN ARROZ INTEGRAL LONGO FINO TIPO 1 - PACOTE 1 KG, 09 UN BISCOITO DOCE TIPO "MARIA": INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, 05 UN BISCOITO SALGADO INTEGRAL - PACOTE COM 400 GRAMAS, 03 UN CAFÉ EXTRA FORTE, EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO, 06 UN CALDO PARA TEMPERO DIVERSOS SABORES CX C/ 57 GRAMAS, 03 UN DE CEREAL DE ARROZ PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL A PARTIR DE 1 ANO
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3979	15/07/2011	JOSE MARTINI NETO	154,15	154,15	154,15	FORNECIMENTO DE 3,00 KG CHUCHU, 5,00 KG MANGA, 3,00 KG PEPINO, 3,00 KG MORANGA, 03 UN COUVE FLOR, 3,00 KG MAÇA ARGENTINA, 3,00 KG DE CENOURA, 6,00 KG MAMÃO, 1,00 PC DE REPOLHO, 4,00 KG MAÇA TIPO FUJI, 4,00 KG ABACATE, 04 UN DE ABACAXI, 01 UN DE ALHO PACOTE 150 GRAMAS, 12 UN DE BATATA, 3,00 KG DE BETERRABA, 04 PÇ DE BROCOLIS, 5,00 KG DE LARANJA PERA E 3,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura	01 - Receitas	365	4139	26/07/2011	JOSE MARTINI	133,38	133,38	133,38	FORNECIMENTO DE 5,00 KG MANGA, 3,00 KG PEPINO, 03 UN COUVE FLOR, 3,00

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Municipal de Schroeder	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				NETO				KG MAÇA ARGENTINA, 4,00 KG MAMÃO, 4,00 KG DE MAÇA TIPO FUJI, 05 UN BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, EMBALAGEM DE 1 LITRO DIVERSOS, 4,00 KG ABACATE, 03 UN DE ABACAXI, 12 UN BATATA, 03 PC BROCOLIS, 1,00 KG DE CEBOLA, 4,00 KG LARANJA PERA E 3,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4140	26/07/2011	JOSE MARTINI NETO	234,71	234,71	234,71	FORNECIMENTO DE 10,00 KG MANGA, 4,00 KG PEPINO, 08 UN COUVE FLOR, 5,00 KG MAÇA ARGENTINA, 12,00 KG DE MAMÃO, 5,00 KG MAÇA TIPO FUJI, 8,00 KG DE ABACATE, 08 UN ABACAXI, 02 UN DE AGRIÃO, 08 PC BROCOLIS, 2,00 KG CEBOLA, 12,00 KG DE LARANJA PERA E 12,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5488	27/09/2011	JOSE MARTINI NETO	143,30	143,30	143,30	FORNECIMENTO DE 5,00 KG MANGA, 06 UN COUVE FLOR, 3,00 KG DE MAÇA ARGENTINA, 5,00 KG MAMÃO, 5,00 KG MAÇA TIPO FUJI KG, 4,00 KG DE ABACATE, 04 UN ABACAXI, 15 UN DE BATATA, 6,00 PC DE BROCOLIS, 5,00 KG LARANJA PERA E 3,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5839	07/10/2011	JOSE MARTINI NETO	163,95	163,95	163,95	FORNECIMENTO DE 5,00 KG MANGA, 10,00 KG MELANCIA, 3,00 KG DE MORANGA, 08 UN COUVE FLOR , 3,00 KG MAÇA ARGENTINA, 5,00 KG MAMÃO, 4,00 KG MAÇA TIPO FUJI - KG, 04 UN BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, EMBALAGEM DE 1 LITRO DIVERSOS, 4,00 KG ABACATE, 04 UN ABACAXI, 01 UN ALHO - PACOTE 150 GRAMAS, 15 UN BATATA, 1,00 KG CEBOLA ., 5,00 KG DE LARANJA PERA E 3,00 KG LARANJA LIMAPARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5971	18/10/2011	JOSE MARTINI NETO	141,28	141,28	141,28	FORNECIMENTO DE 5,00 KG MANGA, 10,00 KG MELANCIA, 06 UN COUVE FLOR, 3,00 KG MAÇA ARGENTINA, 4,00 KG MAMÃO, 4,00 KG DE MAÇA TIPO FUJI, 04 UN BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, EMBALAGEM DE 1 LITRO DIVERSOS, 4,00 KG ABACATE, 04 UN DE ABACAXI, 10 UN BATATA, 1,00 KG CEBOLA, 5,00 KG LARANJA PERA E 3,00 KG LARANJA LIMAPARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	6009	20/10/2011	JOSE MARTINI NETO	357,69	357,69	357,69	FORNECIMENTO DE 10,00 KG MANGA, 30,00 KG MELANCIA, 2,00 KG DE PIMENTÃO, 10 UN COUVE FLOR , 5,00 KG MAÇA ARGENTINA, 12,00 KG DE MAMÃO, 10,00 KG MAÇA TIPO FUJI - KG, 22 UN DE BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, EMBALAGEM DE 1 LITRO DIVERSOS , 8,00 KG DE ABACATE, 08 UN ABACAXI, 01 UN DE ALHO PACOTE 150 GRAMAS, 18 UN BATATA, 3,00 KG DE CEBOLA, 12,00 KG DE LARANJA PERA E 12,00 KG DE LARANJA LIMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL.
Prefeitura Municipal de Schroeder	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	6130	24/10/2011	JOSE MARTINI NETO	411,16	411,16	411,16	FORNECIMENTO DE 02 UN INFUSÃO DE HORTELÃ PACOTE DE 100G, 04 UN INFUSÃO DE MELISSA PACOTE DE 100G, 18 UN CALDO DE PEIXE DE TILAPIA OU SIMILAR, 100% NATURAL, 20,00 KG CARNE BOVINA MÓIDA DE 1ª COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, 15,00 KG FILÉ DE PEIXE TIPO CAÇÃO SEM ESPINHO PACOTE DE 1 KG, 40,00 KG FRANGO CARÇAÇA LIMPA CONGELADA, COM MIUDOS, PÉS E PESCOÇO, 4,00 CX OVO DE GALINHA EXTRA, VERMELHO,



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
									ACONDICIONADO EM CAIXA C/ 12, 5,00 KG DE PEITO DE FRANGO E 25,00 KG PALETA BOVINA DE 1ª QUALIDADE, SEM OSSO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.
TOTAL						4.669,76	4.669,76	4.669,76	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	361	375.070,62	375.070,62	375.070,62
58 - Salário Educação	2011	361	235.998,41	235.998,41	235.998,41
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	361	7.740,80	7.740,80	7.740,80
TOTAL			618.809,83	618.809,83	618.809,83